



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

## DECRETO N. 60, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

**DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19, DIANTE DA PORTARIA PUBLICADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Nº 592/SES/2020, A SEREM OBSERVADAS PELAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS, PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, MUNICÍPIOS E DEMAIS CIDADÃOS, NO TERRITÓRIO DESTES MUNICÍPIO DIANTE DA ATUAL MATRIZ DE RISCO DIVULGADA PELO ESTADO.**

**DANIEL KOTHE**, Prefeito Municipal de Saudades, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**Considerando** a informação contida na matriz do risco potencial para Covid19 publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 19 de Agosto próximo passado, reclassificando nossa Região de Saúde para grave, diante da melhora nos critérios técnicos e científicos avaliados pelo órgão estadual;

**Considerando** que a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 464/SES/2020 instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19;

**Considerando** o monitoramento constante da situação pandêmica regional pelo Estado de Santa Catarina, e que apresenta subsídios e recomendações à decisão para o enfrentamento ao coronavírus (COVID-19);

**Considerando** que as decisões dos gestores municipais devem ser realizadas de forma regionalizada e coordenada, pois “*decisões isoladas têm o potencial de ocasionar desorganização na administração pública, com efeitos contrários aos pretendidos*”, trecho da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no autos da STP nº 503 de 14.08.2020;

**Considerando** a Comunicação Interna n. 388/2020 da Superintendência de Vigilância Em Saúde;

**Considerando** a Portaria nº 592 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, editada e publicada em cumprimento a determinação judicial e fundamentada no art. 3º, art. 8º- A e art. 9º, § 3º, todos do Decreto Estadual nº 562/2020;

**DECRETA:**





**Art. 1º.** Ficam adotadas, neste território, as medidas elencadas neste Decreto para enfrentamento à emergência de saúde pública, decorrente do vírus Covid-19, sem prejuízo da utilização dos protocolos em saúde pública vigentes.

**Art. 2º.** Fica determinado a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Administração, que orientem aos órgãos da administração pública municipal para pleno cumprimento da Portaria nº 592/SES/SC de 17 de agosto de 2020, em especial ao art. 4º.

**Art. 3º.** Para fins de cumprimento das medidas restritivas definidos pelo Estado de Santa Catarina, consideram-se essenciais todos os serviços públicos, pois a essencialidade é característica que decorre de sua própria natureza e os torna indispensáveis ao atendimento das necessidades da sociedade.

**Art. 4º.** Fica permitido o funcionamento de supermercados e mercados, atacadistas ou varejistas, de segunda a domingo, das 08 horas às 20 horas, desde que:

I – a quantidade de clientes existentes no interior do estabelecimento, em qualquer momento, não ultrapasse a 40% (quarenta por cento) da capacidade de segurança instalada e autorizada a funcionar; e,

II – não permita o ingresso concomitante de duas ou mais pessoas da mesma unidade familiar.

**Art. 5º.** Fica permitido o funcionamento das atividades de comércio de mercadorias e prestação de serviços não estabelecidos em shopping, galeria ou centro comercial, nos seguintes dias e horários:

I - de segunda à sexta-feira até às 18h00min;

II - sábados no período matutino das 07h00min às 12h00min;

§1º. Não está permitida qualquer atividade que demande aglomeração de pessoas, tal como àquelas denominadas por “Dia D” ou congêneres.

§2º. Fica vedado o funcionamento aos domingos e feriados.

§3º. Não estão abrangidos por este artigo os serviços de cabeleiros, manicure, pedicure, depilação, e análogos, independentemente de atenderem em um mesmo local/sala/salão.

**Art. 6º.** Fica permitido o funcionamento das atividades de cabeleireiro, manicure, pedicure, depilação e análogos, independente do atendimento ser no mesmo local, de segunda-feira a sábado, até às 20 horas, desde que satisfeitas todas os protocolos de segurança sanitária, inclusive a manutenção da distância de 1,5 metros entre clientes.

**Art. 8º.** Fica permitido o funcionamento de restaurantes, lanchonetes, pizzarias, churrascarias e lojas de conveniência, diariamente até às 22h00min, sem atendimento por rodizio e obedecidos os parágrafos abaixo.

§1º. Entre 18h00min e 22h00min está permitido o funcionamento para atendimento exclusivo com ofertas por cardápio, conhecidos serviços “a la carte”.

§2º. Durante o funcionamento, independente do horário, os atendimentos presenciais estão limitados a 50% da capacidade máxima de clientes assentados permitida para o estabelecimento, com distanciamento mínimo de 1,5 metros entre os clientes, exceto se tratar de pais e filhos ou casal.





§3º. Diante do limite no número de clientes presenças previsto no parágrafo anterior, deverão ser recolhidas ou terem o acesso ao público completamente inabilitado às estruturas físicas de acomodações que excederem o percentual de capacidade estabelecido, tais como: mesas, cadeiras, banquetas e afins.

§4º. Após as 22h00min é permitido o funcionamento apenas por tele entrega e retirada no balcão (take away), inclusive nos finais de semana e feriados.

§5º. Quando a comercialização se der através da retirada do produto no balcão (take away), fica proibido o consumo de qualquer espécie de bebidas e gêneros alimentícios no local, pelo cliente optante por essa forma de atendimento.

§6º. As demais regras sanitárias vigentes ficam mantidas, tal como o uso de álcool 70% e máscaras, por exemplo.

§7º. É obrigatória a cada uso ou contato, a higienização de superfícies e objetos de uso comum, tais como: mesas, cadeiras, maçanetas, superfície do buffet, balcões, cardápios, galheteiros, bisnagas e recipientes em geral com álcool 70%, além dos procedimentos de higiene da cozinha e do(s) banheiro(s);

§8º. Para fins deste decreto, fica entendido como lanchonete o estabelecimento que comercialize qualquer produto alimentício pronto ao consumo, exceto se a oferta tratar-se de refeição.

§9º. Considera-se restaurante, para fins deste decreto, o estabelecimento que comercializar refeições, almoço e/ou jantar.

**Art. 9º.** Fica permitido o funcionamento de ambulantes, de segunda a domingo, inclusive feriados, com atendimento exclusivamente por tele entrega e retirada no balcão (take away).

**Parágrafo Único.** Fica proibido o consumo de qualquer espécie de bebidas e gêneros alimentícios no local.

**Art. 10.** Fica permitido o funcionamento de bares e similares até as 22h:00min de cada dia, com tolerância de 30 minutos (até 22h30min) para completa saída dos clientes (22h:30min).

**Art. 11.** Fica proibida aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de eventos ou atividades de qualquer natureza, exceto missas e cultos de qualquer natureza realizadas no interior do templo na forma do art. 12 deste.

**Parágrafo Único.** Inclui-se na vedação do caput deste artigo a realização em residências de eventos, festas, recepções, encontros ou análogos, quando houver presença de pessoa não domiciliada no local da ocorrência.

**Art. 12.** Fica permitida a realização de missas e cultos de qualquer natureza, desde que a atividade se desenvolva dentro do templo, de segunda a domingo, com encerramento das atividades, impreterivelmente, até às 21h00min.

**Parágrafo Único.** A realização das atividades previstas neste artigo deve observar a ocupação máxima de 30% da capacidade total instalada para participantes e, ainda;

I - a utilização de máscaras por todos os participantes, inclusive coordenadores, auxiliares e presidente do culto ou missa;





Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

II – fica autorizado a participação de no máximo 02 (dois) músicos e utilização de até 02 (dois) instrumentos musicais, mantida a distância mínima de 1,5 metros do altar e dos assistentes e dirigente;

III – fica vedado a participação ou apresentação de coral, grupo de canto ou qualquer reunião de pessoas com o objetivo de promover cantos ou hinos de louvor nas atividades previstas no caput deste artigo;

IV – fica vedado o compartilhamento de microfones e de qualquer instrumento;

V – deve ser mantida a distância mínima de 1,5 metros entre cada participante e, obedecidos todos os demais protocolos específicos em saúde aplicáveis para esta atividade.

**Art. 13.** Para realização das *live's* é obrigatória autorização prévia expressa da autoridade sanitária municipal, que avaliará, dentre outros requisitos sanitários e de segurança, o local que se quer realizar, a não aglomeração de pessoas, a não comercialização de bebidas e gêneros alimentícios.

**Art. 14.** Fica vedada a realização de apresentação musical, em locais ou estabelecimentos, públicos ou privados, de qualquer natureza, seja por um músico ou em quantidade superior, exceto as *Live's* na forma descrita no artigo anterior.

**Art. 15.** Fica proibida a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças, em cumprimento a Portaria nº 592/SES/2020 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

**Art. 16.** Fica proibida a prática de atividades esportivas em academias conhecidas como “academias ao ar livre”, estabelecidas em praças, parques, locais de caminhada, áreas públicas e congêneres, em cumprimento a Portaria nº 592/SES/2020 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

**Art. 17.** Fica permitido o funcionamento de academias particulares ou privadas, de segunda a sexta-feira até às 22h00min (fechada sem clientes), e aos sábados até às 12h00min, desde que seja respeitado o disposto na Portaria SES nº 258 de 21/04/2020, integralmente, vedando-se aglomerações.

**Art. 18.** Fica vedada a prática de atividades esportivas coletivas amadoras, como por exemplo, basquete, vôlei, futebol, entre outras modalidades e que envolvam três ou mais pessoas, em cumprimento a Portaria nº 592/SES/2020 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, especialmente do art. 4º, incisos II, IV e VI.

**Art. 19.** Fica proibida a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias, rios, lagoas e cachoeiras, com exceção a prática de esporte individual, conforme determina a Portaria nº 592/SES/2020 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

**Art. 20.** As atividades de hotéis, pousadas e similares, devem observar a vedação da permanência de hóspedes em áreas de uso coletivo, como auditórios, salão de jogos e piscinas.



Prefeitura de  
**SAUDADES**  
*União, Diversidade e Comunidade*



**Parágrafo único.** O funcionamento de restaurante e academias, estabelecidas no interior dos hotéis, pousadas e similares, devem observar as regras próprias previstas neste decreto para essas atividades.

**Art. 21.** A realização de velórios neste território deve obedecer às seguintes condições, além de normas sanitárias específicas vigentes:

I – o tempo máximo de duração está limitado há seis horas, devendo a capela ou local do velório permanecer fechado da 00h00min às 06h00min do dia seguinte, salvo para recepção e preparo do corpo;

II- entrada e permanência em qualquer das áreas internas da capela mortuária ou local de ocorrência está limitada a 10 (dez) pessoas, independente da capacidade do ambiente;

III – o distanciamento entre os participantes, na área interna e externa do ambiente, deve ser de, no mínimo, 1,5 metros;

IV - as celebrações de despedidas devem ser realizadas no local do velório e, está limitada a presença de dez pessoas, no máximo;

V – os sepultamentos poderão ocorrer somente até às 17h30min;

VI - Fica vedado a utilização de residências para velório, salvo quando autorizado pela autoridade sanitária local.

**Parágrafo único.** No caso de óbitos por COVID-19, mesmo que por suspeita, o velório deve seguir a Nota Técnica do Estado de Santa Catarina nº 025/2020, caso haja interesse dos familiares na sua realização.

**Art. 22.** Fica suspensa aula presencial de ensino nas unidades das redes públicas e privada em todos os níveis de educação, inclusive ensino técnico, e de cursos, inclusive os denominados livres, tais como: idiomas, técnicos e profissionalizantes, conforme art. 4º, inciso III da Portaria nº 592 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

**Art. 23.** Fica permitido em cumprimento ao art. 2º da Portaria nº 238 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, o funcionamento dos Centros de Formação de Condutores (Auto Escolas) com aulas teóricas por vídeo aula e aulas práticas presenciais, desde que cumpridas todas as regras previstas na citada Portaria e outras mais recentes que tratem da mesma matéria.

**Art. 24.** Fica determinado a fiscalização e cumprimento da Lei Federal nº 13.979/2020 com redação dada pela Lei Federal nº 14.019/2020, que torna o uso obrigatório de máscaras por toda a população, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos, táxi, uber e análogos, aeronaves ou embarcações de uso coletivo, nos termos do Decreto Municipal n. 34, de 11 de Maio de 2020.

**Art. 25.** Em cumprimento ao disposto no art. 5º da Portaria nº 464 e art. 4º, inciso VI da Portaria nº 592, ambas da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, é de responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, Defesa Civil, Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e demais órgãos fiscalizadores, quando for o caso, fiscalizar todos os estabelecimentos comerciais, locais públicos e privados com vistas a garantir o cumprimento das medidas sanitárias exigidas.



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SAUDADES

**Parágrafo Único.** Fica determinado ao coordenador da defesa civil municipal que elabore planejamento conjunto com as forças de segurança estadual e faça cumprir o estabelecido neste decreto e em outras normas sanitárias vigentes, inclusive àquelas baixadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, utilizando dos meios necessários para tanto.

**Art. 26.** Os estabelecimentos flagrados em descumprimento as regras sanitárias vigentes, deverão ter suas atividades imediatamente suspensas até que as cumpram.

**Art. 27.** As medidas para enfrentamento do Covid-19 neste território podem ser reavaliadas a qualquer tempo, caso seja necessário.

**Art. 28.** Os casos omissos e as situações especiais serão analisados pela Secretaria Municipal de Saúde com decisão e emissão de parecer técnico.

**Art. 29.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2020 até o dia 07 de setembro de 2020 (15 dias), podendo ser prorrogado.

**Art. 30.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades /SC, 19 de Agosto de 2020.

**DANIEL KOTHE**  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na forma da Lei em data supra.

**ROGERIO ANTONIO SEHNEM**  
Secretário de Administração e Fazenda





	Nº 388/2020
DE: SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	DATA: 21/08/2020
PARA: SES/COES	
ASSUNTO Questionamentos – Reunião dos Executivos (20/08/2020 às 8h30) referente a PORTARIA SES nº592 de 17 de agosto de 2020	
<p>No que se refere ao questionamento exarado na Reunião dos Executivos (20/08/2020 às 8h30) referente a PORTARIA SES nº 592 de 17 de agosto de 2020 :</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A Portaria SES 592 de 17/08/2020 estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde. Desta forma entendemos que o processo de enfrentamento ao COVID 19 permanece transparente, conduzido conforme princípios técnicos e com as responsabilidades compartilhadas entre Estado e Municípios.</li><li>• Adicionalmente informamos que todas as medidas adotadas necessariamente precisam de um prazo de 14 dias, pois as medidas adotadas no presente produzirão seus efeitos em duas a três semanas.</li></ul> <p>Em atenção aos questionamentos esclarecemos:</p> <p><b>1-A cada matriz de risco que o estado divulgar em toda semana, os municípios precisam esperar 14 dias para baixarem medidas que o estado recomendou e eles mesmos fizerem, já que o estado disse ser necessária essa espera em caso gravíssimo?</b></p> <p>R: O Municípios tem prazo de 2 (dois) dias para aplicar as medidas determinadas pela Portaria 592/2020, e estas medidas valem para os próximos 14 (catorze) dias.</p> <p><b>2-O que significa a expressão “adequar” constante do art. 9 da Portaria 592?</b></p> <p>R: Como determina o <i>caput</i> do Art. 9º “... identificar situações de risco mais elevado de transmissão para reduzir o tempo de funcionamento, adequar ou suspender as seguintes atividades de interesse local”</p> <p>O termo “adequar” neste contexto significa ao identificar a situação de risco mais elevado definir medidas não farmacológicas de acordo com a situação encontrada, como por exemplo, determinar horários diferenciados para o funcionamento das atividades elencadas, flexibilizar horários, diferenciar o horário de funcionamento das atividades a fim de diminuir a possibilidade de agrupamento das pessoas, restringir fluxo de pessoas, ou ainda outras medidas que sejam aplicáveis.</p> <p><b>3-Portque o Estado não determinou especificamente as medidas para cada matriz, incluindo nos artigos 3, 4, 5 e 6, a orientação do artigo 9º</b></p> <p>R: Porque os Artigos 3º, 4º, 5º e 6º estão baseados nos níveis de risco potencial apresentados pela Matriz de Avaliação de Risco Potencial Regional ao COVID19. Já o Art. 9º faculta ao Município à utilização de instrumento próprio, ou análise local a tomada de</p>	



decisão.

**4-Qual ou quais os instrumentos para identificar às atividades mais propensas a contaminação pelo Covid-19?**

R: As atividades mais propensas a contaminação são aquelas que permitem agrupamento de pessoas, ou seja, quanto maior a possibilidade de agrupamento maior será a probabilidade de propagação do vírus, somando condições ambientais como maior umidade, baixa ventilação, sistemas de ar condicionado sem higienização.

**5-Quais os locais em ordem crescente de risco para contaminação? Por exemplo: qual o local com maior tendência a contaminação, academia ou restaurante com Buffet? E assim por diante.**

R: É necessário esclarecer que **qualquer** atividade humana permite a propagação do vírus, por isso é tão importante a necessidade de se adotar a medidas não farmacológicas (higienização das mãos, uso de máscaras, distanciamento social, ambientes ventilados entre outros). Porém as atividades que permitem maior agrupamento de pessoas apresentam maior possibilidade de propagação do vírus.

**6-As competições esportivas amadoras estão autorizadas a funcionar, pois o Art. 3, inciso I da portaria determina a suspensão de acesso ao público para essas atividades, dando interpretação que o público que for assistir está proibido de frequentar, mas o esporte coletivo está autorizado?**

R: Até a presente data a única modalidade autorizada é o futebol profissional, para o restante dos esportes está sendo construída uma Portaria Conjunta SES/FESPORTE a fim de determinar as medidas sanitárias para o retorno seguro destas atividades.

Como se pode observar a suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não é uma determinação que consta em todos os níveis (moderado, alto, grave e gravíssimo), logo, as competições esportivas permanecem proibidas, salvo aquelas que já tiveram portarias regulamentando-as, como o campeonato catarinense de futebol.

**7-Qual a diferença entre aula presencial prática da graduação, cursos profissionalizante e cursos livres? E se estão incluídos na restrição constante do Art. 3, inciso I da portaria?**

R: Aula prática presencial da graduação – se refere às aulas práticas dos cursos de nível superior (graduação);

Curso profissionalizante - Os cursos profissionalizantes têm curta duração. Variando entre seis meses a dois anos, no máximo. Sendo que são extremamente focados no aprendizado do ofício de uma determinada profissão.

Cursos Livres - um curso livre é um curso sem registro no MEC, de curta duração, focado em um aprendizado pontual para qualificação profissional ou pessoal em alguma área específica. Um curso de confeitaria, por exemplo, ou línguas.

As atividades que possuem regramento próprio devem obedecê-lo.

**8- A exceção prevista a missas e cultos religiosos, no Art. 3, inciso V da Portaria, permite música ao vivo e 100% da capacidade de público no local? Quais as regras?**

R: As regras para a realização de missas e cultos estão definidas na Portaria 254 de 20/04/2020 que estabelece normativas de funcionamento de igrejas, templos religiosos e afins.

**9- Reuniões políticas, convenção partidária, estão permitidas em analogia a exceção ao Art. 3, inciso V da portaria?**

R: Não, permanece proibido o agrupamento de pessoas, pois a Portaria 348 de 22/05/2020





permanece vigente.

**10- O conceito previsto no parágrafo único do Art. 3 contempla o transporte de colaboradores da indústria, comércio e prestação de serviços? Alunos de aulas práticas presenciais autorizadas? Estão abrangidos no conceito de transporte intermunicipal, e similares que estiverem efetuando itinerários entre dois municípios?**

R: Transporte intermunicipal de passageiros **os veículos de Taxi, uber, vans** se refere ao transporte de ônibus regular que atende os Municípios, o transporte dedicado (para trabalhadores da indústria e comércio) já tem regramento próprio).

**11- Qual o conceito de prática desportiva individual prevista no Art. 3, inciso IV e Art. 4, inciso IV ambos da Portaria 592?**

R: Os esportes individuais são notadamente relacionados ao indivíduo e seu desejo de desempenho ou prática em determinada modalidade quando não existe a participação de uma equipe colaborativa. Na maioria deles, há a ação de um desportista de um lado e outro desportista como adversário.

São exemplos: atletismo, canoagem, ciclismo, golfe, ginástica, xadrez, bocha, bolão 16, bolão 23, automobilismo, motociclismo, tiro esportivo, tiro com arco, golfe, power lift, halterofilismo, surfe, bodyboard, skate, escalada esportiva, triatlo, pentatlo moderno, hipismo, esgrima, badminton, remo, vela, tênis de mesa, tenis, natação, nado artístico, saltos e águas abertas.

**12- Qual o distanciamento para cumprimento do Art. 5, inciso IV da Portaria?**

R: O distanciamento social preconizado pela Secretaria de Estado da Saúde em seus documentos é de 1,5m de raio entre as pessoas.

**13- A portaria 464 da regionalização continua o mesmo fluxo? Pela Cir? Ou prefeitos poderão tomar decisão individual?**

R: A Portaria nº 464/2020 permanece vigente, a CIR deve homologar as decisões no âmbito regional.

**14- Continuarão os alertas semanais que apoiam a publicação da matriz com recomendações?**

R: Sim, permanecerão os alertas semanais.

**15- Estado definindo sobre funcionamento das prefeituras. Como ficam obras e demais serviços?**

R: Permanecem os serviços públicos essenciais, salvo melhor juízo, cabe ao Município definir os processos que continuam.

**16- Gravíssimas ações imediatas? Esclarecer**

R: Todas as ações são imediatas, independente do grau de risco. Verificar na norma que os Municípios tem prazo de 02 dias para implementá-la.

**17- Esclarecer os 14 dias para novas ações.**

R: Considerando que as medidas adotadas no presente produzirão seus efeitos em duas a três semanas, estas necessariamente precisam de um prazo de 14 dias.

**18- Dificuldade fiscalização segurança pública.**

R: Entrar em contato com o Comando Central da Secretaria de Segurança Pública,



permanece vigente a Portaria SES nº 245 de 12/04/2020.

**19- As aulas do Ensino Superior Estão liberadas?**

R: Permanece vigente a Portaria Conjunta SES/SED 447/2020 (DOE 30/06/2020) que autoriza no território catarinense a realização de atividades de ensino presencial realizadas em estabelecimentos acadêmicos públicos e privada nas modalidades ensino em nível superior e ensino em nível de pós-graduação.

**20-Em relação aos transportes intermunicipais de característica urbana, o Estado delegará novamente aos municípios autonomia para adoção de medidas necessárias? Terá flexibilização dessa modalidade de transporte na região? O Estado já possui algum encaminhamento nesse sentido?**

R: Será publicada norma pela SIE para esta modalidade de transporte.

**21- Questão do Art. 7º precisa verificar também se o município deverá baixar decreto?**

R: Sim

**22-O que seria o termo "órgãos" que está no inciso V do art. 4º? Seria cada secretaria ou o município como um todo?**

São os serviços públicos estaduais, municipais e federais não essenciais.

**23-Como admitir que os Municípios façam INDIVIDUALMENTE definições previstas no art. 9º da Portaria, sem o trato regional como delineado no sistema esculpido pelo Estado para combater a Covid (decreto 562; Portaria 464 na própria Portaria 592), portanto com possibilidade de decisões diferentes, já que poderiam individualmente decidirem. Por exemplo: Como município "A" pode definir pela abertura do comércio aos sábados, enquanto o município "B" definiu pelo fechamento. Isso não afetaria o planejamento regional de combate a Covid-19?**

R: A Portaria nº 464/2020 permanece vigente, a CIR deve homologar as decisões no âmbito regional.

**24-Quanto tempo para publicar definição sobre funcionamento das atividades esportivas amadoras?**

R: Sem previsão de liberação, considerando as Avaliações de Risco Potencial Regional.

**25-Aulas PRESENCIAIS podem ser teóricas ou práticas. O art. 3º, 4º, e 5º, nos incisos III falam em SUSPENSÃO DE AULAS PRESENCIAIS; logo, estão suspensas as teóricas e práticas?**

R: Permanecem vigentes as Portaria Conjunta SES/SED 447/2020 de 29/06/2020 e a Portaria 352 de 25/05/2020 e 353 de 25/05/2020.

**26-Obras públicas já são classificadas como serviços essenciais?**

R: Sim

**27-Os artigos 4º e 5º que tratam sobre a autorização de funcionamento dos serviços públicos na forma presencial, não essenciais, com redução de 30% e 50% dos agentes públicos em exercício no órgão, para as regiões de risco potencial grave e alto, como definir quais são os serviços públicos essenciais? Os municípios poderão definir o que é serviço essencial, aumentando o rol dos decretos federal e estadual?**



R:Ver Decreto Federal 10.282/20 que definem as atividades essenciais durante a pandemia.

**28-Os serviços públicos que estão funcionando já, como as tomadas de preços, podem ser concluídos? O que vai ser considerado conferência pública que acarrete aglomeração? Como pode ser procedido?**

Por ser considerado urgente, deve ser cumprido, mantendo os cuidados sanitários já preconizados como uso de máscara, ambiente ventilado, distanciamento entre as pessoas de 1,5m.

**27-Os servidores públicos poderiam trabalhar como o INSS, ou seja, na sede da administração pública, mas de portas fechadas, sem contato com a população?**

Cabe aos Municípios definirem a forma de trabalho de suas instituições.

Atenciosamente,

Raquel Ribeiro Bittencourt  
Superintendente de Vigilância em Saúde





**PORTARIA SES nº 592 de 17 de agosto de 2020**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 41, inciso V, da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, pelos §§ 1º e 3º do art. 8º-A e pelo art. 32, ambos do Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020;

**CONSIDERANDO** a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria federal nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 8º da Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

**CONSIDERANDO** que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da COVID-19 no Estado de Santa Catarina, de acordo com o Decreto nº 562, de 2020, e suas atualizações;

**CONSIDERANDO** a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associada ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

**CONSIDERANDO** as análises realizadas pelo Governo do Estado em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do Estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e a atual estrutura de saúde existentes;

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria nº 464, de 3 de julho de 2020, que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate ao COVID-19;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Ficam estabelecidos os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde.

**Art. 2º** Os níveis de risco estão identificados com as seguintes cores:

I – vermelha – risco potencial gravíssimo;

- II –laranja – risco potencial grave;
- III – amarela – risco potencial alto;
- IV –azul – risco potencial moderado.

**Art. 3º** Nas regiões de saúde classificadas em risco potencial **gravíssimo** devem ser adotadas as seguintes medidas de enfrentamento:

I – suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II – suspensão de atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III – suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV – suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, com exceção da prática de esportes individuais;

V – suspensão de conferências públicas ou privadas que acarretem aglomeração de pessoas, excepcionadas as missas e cultos religiosos;

VI – suspensão do funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais;

VII – fiscalização e encerramentodas atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

Parágrafo único. A suspensão da circulação de veículos de transporte intermunicipal de passageiros na região de saúde classificada como de risco gravíssimo será avaliada e definida por ato específico e conjunto do Secretário de Estado da Saúde e do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

**Art. 4º** Nas regiões de saúde classificadas em risco potencial **grave** devem ser adotadas as seguintes medidas de enfrentamento:

I – suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II – suspensão de atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III – suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil,

ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV – suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, com exceção da prática de esportes individuais;

V – autorização de funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais;

VI – fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

**Art. 5º** Nas regiões de saúde classificadas em risco potencial **alto** devem ser adotadas as seguintes medidas de enfrentamento:

I – suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II – suspensão de atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III – suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV – restrição à permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, sendo autorizada somente comutização de máscara e respeito ao distanciamento entre pessoas;

V – autorização de funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais;

VI – fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

**Art. 6º** Nas regiões de saúde classificadas em risco potencial **moderado** devem ser adotadas as seguintes medidas de enfrentamento:

I – suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;



II – suspensão de atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III – suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV – restrição da permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, sendo autorizada somente com utilização de máscara e respeito ao distanciamento entre pessoas;

V – fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

**Art. 7º** O Estado implementará, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, as medidas de enfrentamento de interesse regional de que tratam os arts. 3º, 4º, 5º e 6º desta Portaria, conforme a classificação de risco de cada região de saúde.

§ 1º O prazo mencionado no *caput* deste artigo terá início 2 (dois) dias depois da divulgação no *site* [www.coronavirus.sc.gov.br](http://www.coronavirus.sc.gov.br) da Avaliação de Risco Potencial Regional relacionada à COVID-19.

§ 2º Para fins de aplicabilidade do disposto nesta Portaria, a primeira divulgação da Avaliação de Risco Potencial Regional para COVID-19 ocorrerá em 19 de agosto de 2020, e as medidas estabelecidas pelo Governo do Estado serão implementadas após 2 (dois) dias completos de divulgação, ou seja, a partir de 22 de agosto de 2020, pelo prazo de 14 (quatorze) dias.

§ 3º A implementação automática das medidas de enfrentamento de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá a cada 14 (quatorze) dias, contados da primeira implementação citada no § 2º deste artigo, sendo considerada para atualização das medidas a classificação de risco da região de saúde divulgada na última semana das medidas anteriormente adotadas.

**Art. 8º** Diante do compartilhamento de ações e decisões, cabe aos gestores públicos e privados de todas as regiões, independentemente da sua classificação de risco, manter:

I – fiscalização da utilização de máscaras por todos os indivíduos acima de 2 (dois) anos de idade em qualquer espaço público ou privado compartilhado, com exceção do ambiente domiciliar;

II – identificação e comunicação à população das atividades mais propensas à transmissão da COVID-19;

III – adaptação de serviços públicos e privados presenciais para atendimento com redução de público e de trabalhadores, desde que obedecidas as normas sanitárias, devendo ser mantidos em regime de trabalho remoto os servidores e trabalhadores dos grupos de risco e adotado o sistema de rodízio e/ou novos turnos que assegurem a redução do número de pessoas no ambiente de trabalho;

IV – monitoramento de todos os casos suspeitos e confirmados de COVID-19, de forma que casos sintomáticos permaneçam em isolamento domiciliar pelo período preconizado e casos que possam se agravar recebam atendimento hospitalar;

V – monitoramento e atendimento de pessoas com doenças crônicas;

VI – notificação e investigação de casos, surtos e todos os óbitos suspeitos de COVID-19 e registro por meio dos sistemas de informação oficiais;

VII – controle do fluxo de atendimento nos estabelecimentos de atenção à saúde, de forma a evitar contato de pessoas infectadas (ou com suspeita de estarem com COVID-19) com pessoas não infectadas, a fim de orientar a população quanto ao local mais adequado para atendimento, de acordo com os sintomas apresentados;

VIII – acompanhamento dos dados epidemiológicos sobre a circulação do novo coronavírus e outros vírus respiratórios utilizando as ferramentas de análise de dados disponibilizadas pelo Governo do Estado, assim como outras utilizadas pelos Municípios;

X – reforço de campanhas educativas para os profissionais da área da Saúde e a população em relação às medidas não farmacológicas preventivas para doenças respiratórias, incluindo a COVID-19, como etiqueta respiratória, higiene das mãos, uso de EPIs e uso de máscara;

XI – monitoramento da rede de Unidades Sentinela de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

**Art. 9º** Além das medidas de interesse regional estabelecidas nos incisos do *caput* dos arts. 3º, 4º, 5º e 6º, os Municípios deverão utilizar as ferramentas de análise de dados municipais e as ferramentas disponibilizadas pelo Governo do Estado, a fim de identificar situações de risco mais elevado de transmissão para reduzir o tempo de funcionamento, adequar ou suspender as seguintes atividades de interesse local:

I – bares e restaurantes de atendimento no local;

II – academias de ginástica e outros locais de realização de esportes coletivos;

III – shopping centers, galerias, centros comerciais e comércio em geral;

IV – supermercados e lojas de departamento;

V – atividades relacionadas ao turismo;

VI – cursos presenciais;

VII – transporte coletivo urbano municipal;

VIII – outras definidas pelo gestor local.

**Art. 10.** A fiscalização dos estabelecimentos fica a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e das equipes de Segurança Pública, conforme legislação em vigor.

**Art. 11.** Esta Portaria entra em vigor em na data de sua publicação, com vigência limitada ao disposto no art. 1º do Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020.

(assinado digitalmente)  
**ANDRÉ MOTTA RIBEIRO**  
Secretário de Estado da Saúde





**Presidência da República**  
**Secretaria-Geral**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020**

Texto compilado

Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

**DECRETA:**

**Objeto**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

**Âmbito de aplicação**

Art. 2º Este Decreto aplica-se às pessoas jurídicas de direito público interno, federal, estadual, distrital e municipal, e aos entes privados e às pessoas naturais.

**Serviços públicos e atividades essenciais**

Art. 3º As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º.

§ 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV - atividades de defesa nacional e de defesa civil;

~~V - transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros e o transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;~~

V - trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros;  
10.329, de 2020)

(Redação dada pelo Decreto nº

VI - telecomunicações e internet;

VII - serviço de call center;

~~VIII - captação, tratamento e distribuição de água;~~

(Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

~~IX - captação e tratamento de esgoto e lixo;~~

(Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

~~X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;~~

~~X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)~~

X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

a) o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia; e (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

b) as respectivas obras de engenharia; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

~~XI - iluminação pública; (Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)~~

~~XII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;~~

XII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XIII - serviços funerários;

~~XIV - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;~~

XIV - guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XVI - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;

XVII - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVIII - vigilância agropecuária internacional;

XIX - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

~~XX - compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancárias eletrônicas e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;~~

XX - serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXI - serviços postais;

~~XXII - transporte e entrega de cargas em geral;~~

XXII - serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XXIII - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

~~XXIV - fiscalização tributária e aduaneira;~~

XXIV - fiscalização tributária e aduaneira federal; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

~~XXV - transporte de numerário;~~

XXV - produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXVI - fiscalização ambiental;

~~XXVII - produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;~~

~~XXVII - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)~~

XXVII - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XXVIII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXIX - levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;

XXX - mercado de capitais e seguros;

XXXI - cuidados com animais em cativeiro;

XXXII - atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;

~~XXXIII - atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e assistência social;~~

XXXIII - atividades médico-periciais relacionadas com a seguridade social, compreendidas no art. 194 da Constituição; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

~~XXXIV - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização de impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência; e~~

XXXIV - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

~~XXXV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;~~

XXXV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXXVI - fiscalização do trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXXVII - atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia de que trata este Decreto; (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

~~XXXVIII - atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos; (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020)~~

XXXVIII - atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pela advocacia pública da União, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos respectivos serviços públicos; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XXXIX - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020)



XL - unidades lotéricas. (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XLI - serviços de comercialização, reparo e manutenção de partes e peças novas e usadas e de pneumáticos novos e remoldados; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLII - serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLIII - atividades de desenvolvimento de produtos e serviços, incluídas aquelas realizadas por meio de start-ups, por os fins de que trata o art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLIV - atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas de alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, manutenção e assistência técnica automotivas, de conveniência e congêneres, destinadas a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga e de pessoas em rodovias e estradas; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLV - atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados, por meio de atendimento presencial ou eletrônico, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e dos órgãos responsáveis pela segurança e pela saúde do trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLVI - atividade de locação de veículos; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLVII - atividades de produção, distribuição, comercialização, manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral, incluídos elevadores, escadas rolantes e equipamentos de refrigeração e climatização; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLVIII - atividades de produção, exportação, importação e transporte de insumos e produtos químicos, petroquímicos e plásticos em geral; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLIX - atividades cujo processo produtivo não possa ser interrompido sob pena de dano irreparável das instalações e dos equipamentos, tais como o processo siderúrgico e as cadeias de produção do alumínio, da cerâmica e do vidro; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

L - atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

LI - atividades de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito ou estabelecimentos congêneres, referentes aos programas governamentais ou privados destinados a mitigar as consequências econômicas da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 2020, sem prejuízo do disposto nos incisos XX e XL; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

~~LII - produção, transporte e distribuição de gás natural; e (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)~~

LII - produção, transporte e distribuição de gás natural; (Redação dada pelo Decreto nº 10.342, de 2020)

~~LIII - indústrias químicas e petroquímicas de matérias-primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas. (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)~~

LIII - indústrias químicas e petroquímicas de matérias-primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas; (Redação dada pelo Decreto nº 10.342, de 2020)

~~LIV - atividades de construção civil, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e (Incluído pelo Decreto nº 10.342, de 2020)~~

LIV - atividades de construção civil, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; (Redação dada pelo Decreto nº 10.344, de 2020)

~~LV - atividades industriais, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde. (Incluído pelo Decreto nº 10.342, de 2020)~~

LV - atividades industriais, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; (Redação dada pelo Decreto nº 10.344, de 2020)

LVI - salões de beleza e barbearias, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e (Incluído pelo Decreto nº 10.344, de 2020)

LVII - academias de esporte de todas as modalidades, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde.  
(Incluído pelo Decreto nº 10.344, de 2020)

§ 2º Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§ 3º É vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais, e de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população.

§ 4º Para fins do cumprimento ao disposto neste Decreto, os órgãos públicos e privados disponibilizarão equipes devidamente preparadas e dispostas à execução, ao monitoramento e à fiscalização dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§ 5º Os órgãos públicos manterão mecanismos que viabilizem a tomada de decisões, inclusive colegiadas, e estabelecerão canais permanentes de interlocução com as entidades públicas e privadas federais, estaduais, distritais e municipais.

§ 6º As limitações de serviços públicos e de atividades essenciais, inclusive as reguladas, concedidas ou autorizadas somente poderão ser adotadas em ato específico e desde que em articulação prévia do com o órgão regulador ou do Poder concedente ou autorizador.

§ 7º Na execução dos serviços públicos e das atividades essenciais de que trata este artigo devem ser adotadas todas as cautelas para redução da transmissibilidade da covid -19.

~~§ 8º Para fins de restrição de transporte intermunicipal a que se refere o inciso V do caput, o órgão de vigilância sanitária ou equivalente nos Estados e no Distrito Federal deverá elaborar a recomendação técnica e fundamentada de que trata o inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020. (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020). (Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)~~

§ 9º O disposto neste artigo não afasta a competência ou a tomada de providências normativas e administrativas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas competências e de seus respectivos territórios, para os fins do disposto no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020, observadas: (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

I - a competência exclusiva da União para fixar as medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, referentes ao uso dos seus bens e à prestação dos serviços públicos essenciais por ela outorgados; e (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

II - que a adoção de qualquer limitação à prestação de serviços públicos ou à realização de outras atividades essenciais diretamente reguladas, concedidas ou autorizadas pela União somente poderão ser adotadas com observância ao disposto no § 6º deste artigo. (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

Art. 4º Os Poderes Judiciário e Legislativo, os Tribunais de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública definirão suas limitações de funcionamento.

~~Art. 5º Resolução do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 poderá definir outros serviços públicos e atividades consideradas essenciais e editar os atos necessários à regulamentação e à operacionalização do disposto neste Decreto. (Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)~~

## Vigência

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de março de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO  
Sérgio Moro  
Luiz Henrique Mandetta  
Wagner de Campos Rosário  
André Luiz de Almeida Mendonça  
Walter Souza Braga Netto

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.3.2020 - Edição extra- G e republicado em 21.03.2020 - Edição extra-  
H

\*